

CÓPIA



Procuradoria-Geral do Município  
de Virmond/PR

Parecer nº 065/2019

Interessados: Município de Virmond e  
Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo.  
Origem: Pregoeira.

CONTRATAÇÃO. BENS E SERVIÇOS. ILUMINAÇÃO PÚBLICA. LICITAÇÃO. PREGÃO. FORMA PRESENCIAL. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. RECOMENDAÇÕES. VIABILIDADE. 1. Para a contratação do fornecimento de materiais e da prestação dos serviços ligados à iluminação pública, pertinente a realização de licitação na modalidade pregão, pelo sistema de registro de preços, em função do objeto da pretendida contratação, eis que se trata de *bens e serviços comuns* – padronização industrial e procedimental –, sendo presencial na impossibilidade técnica de efetivar-se eletronicamente. 2. À vista dos documentos encartados, observadas as recomendações exaradas na fundamentação, no sentido da retificação das minutas de edital e anexos, viável a abertura da fase externa do procedimento licitatório.

### RELATÓRIO

Trata-se de solicitação da Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo para a contratação da compra de materiais e a prestação dos serviços relacionados à iluminação pública (p. 1).

O procedimento interno licitatório fora promovido, vindo os autos com solicitação de parecer jurídico, de modo a viabilizar a continuidade do procedimento, abrindo-se a fase externa.

É o relato do essencial. Passo à análise jurídica.

### ANÁLISE JURÍDICA

O valor máximo total estimado para o exercício financeiro é de R\$ 148.411,10 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos).

Segundo o informado pela Divisão de Contabilidade, as despesas previstas para a presente licitação possuem adequação ao PPA – plano plurianual vigente e suficiente dotação orçamentária, cujas *contas da despesa e funcionais programáticas* arrolou nos autos.

O pregão é a modalidade de licitação instituída pela Lei 10.520/2002 e regulamentada pelo decreto Municipal n.º 73/2009, para a aquisição de *bens e serviços comuns*, independente de valor, podendo ser realizado na forma presencial,



como é o caso, ou eletrônica. Essa é preferencial, enquanto aquela se revela viável na impossibilidade técnica de adoção do meio eletrônico.

Tenho por amoldar-se o objeto da pretendida contratação ao conceito de *bens e serviços* “comuns”, devido à padronização industrial e técnica que possuem.

Permite o SRP - sistema de registro de preços (art. 15, §§ 1º a 6º, da LL) a fixação de fornecedor ou prestador e preços por período de até 12 (doze) meses, para eventual aquisição de bens e serviços comuns, mediante contratação oportuna, sem que, no entanto, fique a administração pública obrigada a contratar e desvinculada de quantitativos mínimos, sendo vantajoso ao interesse público.

Consistiu a pesquisa de preços na juntada de 03 (três) orçamentos de distintos fornecedores/prestadores dos ramos visados à contratação, revelando-se o procedimento adequado ao entendimento do egrégio TCU – Tribunal de Contas da União.

No entanto, para que o certame possa prosseguir regularmente, recomenda-se:

- A retificação da redação contida no item 14.2, da minuta do edital, substituindo-se o termo “Secretaria de Assistência Social” por “Secretaria de Viação, Obras e Urbanismo”.
- Promover-se a retificação do item 17.9. da minuta do edital (p. 36), a fim de que passe a constar da seguinte forma:

“17.9. Estão impedidos de participar deste certame licitatório, por determinação do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93, servidores municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1º, da Lei nº. 8.666/93, bem como as pessoas físicas, os empresários individuais ou as pessoas jurídicas empresárias das quais seus titulares, sócios, gerentes e diretores tenham como cônjuges, companheiros(as) ou parentes, em linha reta ou colateral, por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau (inclusive), a pregoeira, membros da equipe de apoio do Município de Virmond e demais agentes públicos envolvidos no presente procedimento licitatório, especialmente o Prefeito Municipal, a autoridade requisitante da contratação e o parecerista jurídico”.

Ato seguinte, o processo licitatório poderá licitamente avançar, considerando-se os apontamentos abaixo.

A convocação dos interessados deverá ser efetuada por meio de publicação de aviso no diário oficial do município (art. 4º, I, Lei Federal nº 10.520/2002), divulgação na rede mundial de computadores – internet - (cf. art. 8º, I, Decreto Municipal nº 073/2009 – Virmond/PR), Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e no Mural de Avisos do Legislativo e do Executivo, conforme Lei Municipal nº 010/2009 – Virmond/PR.



Procuradoria-Geral do Município  
de Virmond/PR

O prazo mínimo a ser observado para apresentação das propostas, em sessão pública, é de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da última publicação do aviso.

Analisando as minutas propostas para edital e contrato, com seus anexos, observadas as recomendações apontadas na fundamentação, entende-se que se encontrarão em conformidade com as determinações das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, bem como com as disposições da Lei n.º 010/2009 do Município de Virmond/PR e Decreto Municipal n.º 073/2009 – Virmond/PR inexistindo, então, óbice jurídico à sua aprovação.

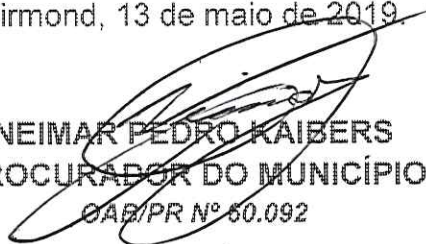
### CONCLUSÃO

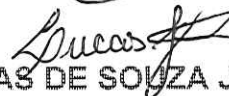
Ante o exposto, observadas previamente as recomendações da fundamentação, entende-se que o presente expediente estará APTO a ser levado à análise do ordenador de despesas competente para, se assim julgar conveniente e oportuno, competente autorização para instauração do procedimento licitatório, na modalidade pregão, tipo menor preço "por item", pelo sistema de registro de preços.

Recomenda-se a oportuna elaboração de certidão atestando que o aviso de licitações foi tempestivamente afixado no mural de avisos do Paço Municipal e enviado para a Câmara Municipal de Vereadores, bem como, ter sido mantido contato com os potenciais interessados cadastrados junto ao cadastro de fornecedores do município (cf. arts. 2º e 3º, ambos da lei municipal n.º 010/2009).

É o que me parece, salvo melhor juízo.

Virmond, 13 de maio de 2019.

  
NEIMAR PEDRO KAIBERS  
PROCURADOR DO MUNICÍPIO  
OAB/PR N.º 60.092

  
LUCAS DE SOUZA JASINSKI  
Estagiário

\* Justifica-se a "demora" na elaboração de pareceres jurídicos: em razão da reduzida jornada de trabalho (20 horas semanais) prevista em lei para o cargo, comparada à demanda de serviços atual; por contar essa Procuradoria-Geral do Município com único procurador em exercício; a inexistência de servidores ou auxiliares capacitados, em condições de auxiliar no trabalho intelectual demandado; e, ainda, na necessidade de atendimento aos prazos vincendos em processos judiciais, TCE/PR, consultoria aos órgãos desta administração, diligências em defesa do interesse público afeto ao Município e pedidos de "urgência" e "prioridade" específicos por parte da equipe de licitações, secretários municipais e da chefia do Poder Executivo.

